

Karl Marx's Life, Ideas, and Influences: A Critical Examination on the Bicentenary

SHAIBAL GUPTA, MARCELLO MUSTO E BABAK AMINI (ORGS.)

Londres: Palgrave Macmillan, 2019. E-book.

Janaína de Faria*

Karl Marx's Life, Ideas, and Influences, organizado por Shaibal Gupta, Marcello Musto e Babak Amini, traz uma seleção de artigos altamente qualificados, apresentados em uma das maiores conferências internacionais realizadas em 2018 para comemorar os 200 anos do nascimento de Marx e para discutir a relevância de seu legado teórico e político. O livro reflete a diversidade internacional dos participantes da conferência, realizada no *Asian Development Research Institute*, em Patna, na Índia. É composto por 16 capítulos de acadêmicos de diversas partes do mundo, dentre os quais, apenas quatro mulheres. A abordagem deliberadamente internacionalista é, sem dúvida, bem-vinda e necessária; e ela se reflete na natureza heterogênea da retomada do marxismo no século XXI. A perspectiva antidogmática pode ser considerada como a marca do livro.

Os temas abordados estão organizados em dois eixos entrelaçados: “*On the Critique of Politics*” (Parte I) e “*On the Critique of Political Economy*” (Parte II). Esta divisão é perspicaz, pois alude diretamente ao projeto concebido inicialmente por Marx em 1844 de escrever uma obra, em dois volumes, sobre a *Crítica da Política e da Economia Política*. Pelas razões explicadas em seu famoso Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, suas pesquisas levaram-no

* Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas – UFVJM. E-mail: janaina.faria@ufvjm.edu.br

a começar por um estudo aprofundado da economia política, que mais tarde culminou em *O capital*. Como Michael Krätke (2018, *Marx and World History*, IRSH) apontou alhures, o plano de Marx de desenvolver sua crítica da política foi postergado, mas nunca abandonado ao longo de sua vida. Apesar de todos os avanços realizados nos últimos 150 anos para revelar as mediações entre as leis internas da acumulação do capital e a política, esta articulação permanece como uma das principais fronteiras do desenvolvimento categorial do marxismo.

Nesse sentido, algumas reflexões sobre a teoria do fetichismo e a teoria dos juros, provocadas pelos capítulos aparentemente desconectados de Paula Rauhala e Jan Toporowski, contidos respectivamente nas Partes I e II do livro, me parecem frutíferas. Rauhala analisa as diferentes interpretações d'*O capital* da Alemanha no pós-guerra. Ela se contrapõe especialmente às leituras da Alemanha Ocidental, que enfatizam a teoria do dinheiro e do fetichismo da mercadoria, mas desprezam o papel fundamental desempenhado pela teoria do mais-valor no conceito marxiano mais complexo de *fetichismo do capital*. Toporowski, por sua vez, é preciso ao enfatizar que Marx se opôs tanto à economia política clássica – sobretudo a David Ricardo, que considerava os “juros como determinados pela taxa de lucro atual” – quanto ao socialista francês Pierre-Joseph Proudhon, que “atribuía os males do capitalismo ao excesso de juros ou à usura” (p.215). Para Marx, ambos adotavam uma concepção fetichista do dinheiro e dos juros.

Lê-se no capítulo quatro do Livro I d'*O capital*:

Capital é dinheiro, capital é mercadoria. Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [abstösst] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo. [...] Por ser valor, ele recebeu a qualidade oculta de adicionar valor. (*O capital*, v.1, Boitempo, 2013, p.230)

E no Livro III:

No capital portador de juros [...] esse *fetichismo automático* do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento. A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. (*O capital*, v.3, Boitempo, 2017, p.535, e-book)

Rauhala está absolutamente correta quando insiste que “o fetichismo é um conceito crucial e está presente nos três livros d'*O capital*. Os fetichismos da mercadoria e do dinheiro são apenas o começo da história e, após o quarto capítulo do Livro I, o conceito de fetichismo está sempre relacionado com o mais-valor e seus mecanismos de produção, circulação e distribuição” (p.186). Já Toporowski relembra o argumento de que os investimentos industriais capitalistas permitem a extração do mais-valor dos trabalhadores, a fonte do lucro, “a partir do qual os juros podem ser pagos” (p.225). Portanto, é a exploração de classe que sustenta o pagamento dos

juros capitalistas, mas, em contraste com a posição de Ricardo, “não necessariamente advindo do mais-valor produzido no momento do pagamento dos juros” (p.219). Discordo, no entanto, da afirmação de Toporowski de que a teorização de Marx tem validade limitada à época do capitalismo clássico (p.225), quando capitalistas produtivos e comerciais dependiam, primordialmente, do conjunto de reservas monetárias acumuladas no passado para, por meio da intermediação bancária, a obtenção de empréstimos. Essa visão ignora o fato de que Marx esboçou uma análise do sistema de crédito no Livro III calcada sobretudo em seu conceito de capital fictício, com foco no capital bancário, no capital acionário e na dívida pública. Ele estava ciente de que os bancos não dependiam, em termos absolutos, de depósitos e reservas acumulados para oferecer crédito para aqueles que o demandavam – uma característica do sistema bancário hoje reforçada por pós-keynesianos.

Em síntese, os capítulos de Rauhala e Toporowski destacam que a exploração de classe e a extração do mais-valor são o cerne da crítica de Marx à fórmula trinitária da economia política. *O capital* culmina na revelação de que o modo de produção capitalista comporta um modo particular de distribuição que reproduz a ilusão de que as rendas (renda, juros, lucro, salários) emergem naturalmente das próprias coisas (terra, dinheiro, máquinas, “trabalho”) em vez das relações sociais de exploração subjacentes. As profundas implicações políticas disso envolvem as predominantes noções fetichistas de igualdade, liberdade e justiça liberais, as quais muitos marxistas podem, descuidadamente, ainda hoje absorver.

Há muitas outras notáveis contribuições dessa coletânea. Saito aponta para a relação entre as esferas econômica e política nas obras de Marx. Seus capítulos e aqueles escritos por Musto e Amini se complementam. A análise de Vasudevan do “padrão crédito-estatal” chama a atenção pela sua qualidade teórica. Sinha debate a suposta inconsistência lógica na exposição de Marx da transformação do valor em preços de produção, a partir do ponto de vista sraffiano. A discussão de Vedda sobre a “afinidade eletiva entre o materialismo dialético e a tradição ensaística” carrega um rico conteúdo político-metodológico, já que para o autor esta afinidade – “não apenas como um gênero, mas também e mais fundamentalmente, como método de investigação e até mesmo como uma postura ética e política em relação ao mundo” – pode ser útil para apreender “as possibilidades e limites do marxismo na América Latina” (p.4-5). Por fim, o capítulo de Beilharz, que se concentra no ressurgimento do interesse pelas obras de Marx em todo o mundo, é instigante pelo seu criativo estilo “breakdance”.

Em suma, o livro oferece uma coletânea de contribuições teórica e politicamente provocativas, que inspiram discussões aprofundadas sobre os legados marxiano e marxistas do passado e sobre como podemos refletir criticamente sobre esse legado para construir uma práxis que avance na superação da forma social capitalista.

(Uma versão em inglês da resenha foi publicada em dezembro de 2020 pela London School of Economics Review of Books. A tradução para o português foi feita pela Dr^a Mariana Shinohara Roncato.)